



REVISTA DA CGU

Lançamento da 24ª edição



OCDE

WGB atualiza regras
para monitoramento da
Convenção da OCDE

Brasil adere à
recomendação sobre
governança nas estatais

OCDE inicia revisão dos
princípios de governança
corporativa

COOPERAÇÃO



Paraguai apresenta
proposta de selo de
integridade



NOTÍCIAS DA INTRACGU

Clique nas chamadas e leia na IntraCGU

[Ouvidoria-Geral da União promove sétima edição das Quartas de ICIC](#)

[CGU participa de encontro da ONU sobre boas práticas em compras públicas](#)

[CGU participa de rede global de autoridades envolvidas no combate à corrupção](#)

[CGU participa do XXI Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)

[Relatório Final de Autoavaliação do 4º Plano está aberto para contribuições](#)

[CGU realiza XVII Reunião de Organismos de Controle Interno do Mercosul](#)

[CGU participa do 1º Congresso Internacional de Controle Interno e Auditoria](#)

[CGU participa de divulgação dos resultados de pesquisa inédita sobre ética e corrupção no serviço público](#)

[Banco Mundial apresenta resultados de pesquisa sobre "Ética e Corrupção no Serviço Público Federal"](#)

[Ouvidoria-Geral da União promove sexta edição das Quartas de ICIC](#)

[CGU organiza webinar internacional sobre Transparência e Segredo de Estado](#)

[CGU participa de seminário da Associação Interamericana de Contabilidade](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

RECONSTRUINDO A CONFIANÇA

CGU apresenta iniciativas de integridade em evento da OCDE

Em 12 de outubro, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção participou do webinar “Reconstruindo a confiança: o papel do setor privado, da sociedade civil e da cooperação internacional”. Este foi um evento preparatório para a [Cúpula Ministerial sobre Governança do Programa Regional da OCDE para América Latina e Caribe – LAC OCDE](#), realizado em 8 e 9 de dezembro, em El Salvador, sob o tema “Integridade governamental e confiança cidadã: a outra vacina”.

Junto a outros especialistas, a coordenadora-geral de Integridade Pública, Carolina Carballido, tratou da implementação da integridade pública

em âmbito federal. De acordo com a coordenadora, a Controladoria-Geral da União (CGU) segue a estratégia apresentada na [Recomendação de Integridade Pública da OCDE](#), que busca envolver o setor privado e a sociedade civil, por meio de programas que promovam a integridade.

Como exemplos de iniciativas em que houve envolvimento desses setores, foram citados o “Programa Pró-Ética”, o “Programa Um por Todos e Todos Por Um” e o projeto “Valores do Serviço Público federal”. Este último foi coordenado pela CGU em conjunto com a OCDE, contando com a participação do setor privado e da sociedade civil, na etapa de análise dos valores pré-selecionados pelos servidores.

Webinar:

Rebuilding trust:
the role of the private sector,
civil society and international
cooperation

12 OCTOBER

16h CTT | 11h BRA | 9h COL | 8h CLV

Moderator



Manica Bressi
Head of Governance Indicators
and Performance
Evaluation Division, OECD



J. Welby Leaman
Senior Director, Global Policy
Global Policy Strategy,
Walmart Inc.



Carolina Carballido
Coordinadora General
de Integridad Pública,
Controlaría General de la
Cuenta de la Unión, Brasil



Eduardo Behrman
Executive Director
Transparencia Mexicana



María Celina Castro
Director, Summits of the
Americas
Summits of the
Americas



Pablo Espinosa
Executive Secretary,
Public Integrity
Integrity and Transparency
Commission, Chile



Sebastian Nieto-Parrá
Head of Unit,
Latin America & the Caribbean
OECD Development Centre



OPENING



José Antonio Andueña
Head of Latin America and
Caribbean Division
and the Caribbean,
Global Relations Secretariat, OECD



Karla de Palma
Director General, Agency
El Salvador for International
Cooperation



Jonas Bertok
Deputy Director of
Public Governance,
OECD

PANELLIST

Closing

Painelistas do webinar

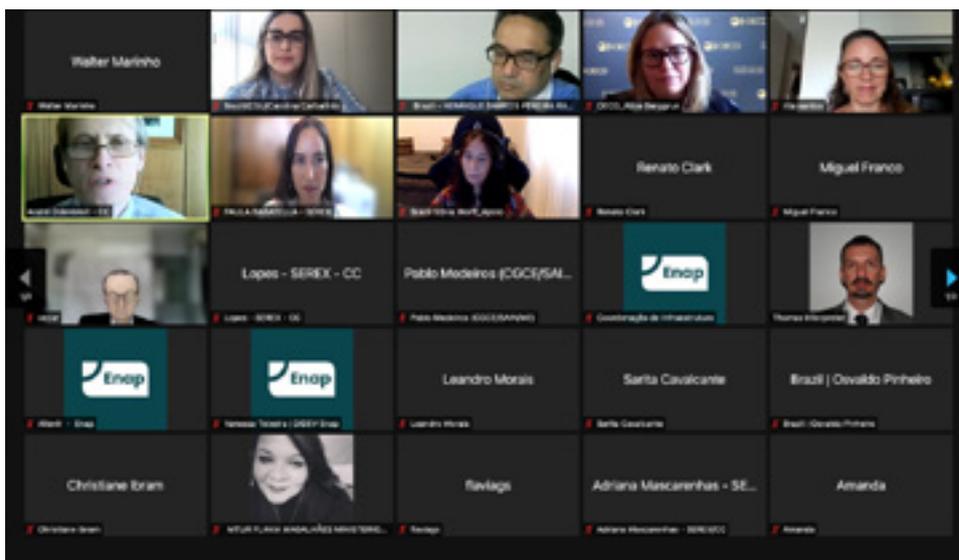
CENTRO DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA

CGU e OCDE abrem ciclo de webinários internacionais da Casa Civil

No dia 28 de outubro, a Secretaria de Relacionamento Externo da Presidência da República iniciou uma série de webinários internacionais, que faz parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da revisão por pares sobre centro de governo.

O processo de avaliação, conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi iniciado em 2019 e tem por objetivo identificar medidas necessárias ao aprimoramento da governança do centro de governo.

O primeiro webinar foi dedicado à integridade pública. Na ocasião, a coordenadora-geral de Integridade Pública, Carolina Carballido, explanou sobre as iniciativas lideradas pela Controladoria-Geral da União, no decorrer destes 3 anos, desde o início da implementação das medidas no Poder Executivo federal.



Carolina Carballido e participantes durante o encerramento do evento pelo secretário André Odenbreit

Em sua fala, a analista de políticas da Divisão de Integridade Pública da OCDE, Alice Berggrun, abordou o desafio dos países em implementar a [Recomendação de Integridade Pública da OCDE](#) e em instituir unidades exclusivas para gerir a integridade dentro de uma instituição pública.

O secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, André Odenbreit, destacou a importância da cooperação entre a secretaria e outros órgãos do Poder Executivo federal, no esforço para acessão do Brasil à OCDE.

LANÇAMENTO DA 24ª EDIÇÃO REVISTA DA CGU



No próximo dia 16 de dezembro, às 10h30min, será lançada a 24ª Edição da Revista da CGU, que consolida a contribuição de 38 autores para o periódico, ao longo dos últimos meses.

A edição veicula o Dossiê Especial "Perspectivas e desafios da regulação na melhoria do Estado". Avançando no objetivo de internacionalização da divulgação científica de temas afetos às atividades finalísticas da Controladoria-Geral da União (CGU), a revista apresenta um artigo de autor internacional e a contribuição de editores e autores vinculados a instituições de pesquisa estrangeiras. A internacionalização de autores e editores é um fator importante para o impacto de um periódico científico.

O evento de lançamento será aberto ao público e transmitido ao vivo pelo Teams.

[LINK DA TRANSMISSÃO](#)

Com a presença de:

José Marcelo Castro de Carvalho

- secretário-executivo da CGU

Marcelo Guarany

- secretário-executivo do Ministério da Economia

Editores especiais convidados para esta edição:

Dr. Bruno Queiroz Cunha

- Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

Leonardo Secchi

- Universidade do Estado de Santa Catarina

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Os meses de outubro e novembro foram marcados pela diversidade de eventos no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Grupo sobre Suborno finalizou a atualização da Recomendação de 2009, enquanto o subgrupo de monitoramento realizou a segunda reunião com o Brasil. O Grupo sobre Integridade Pública se dedicou à discussão sobre implementação de uma estratégia de integridade pública. Na reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização, a delegação brasileira comunicou a adesão à recomendação sobre governança nas estatais e atualizou sobre o andamento

das recomendações recebidas na revisão por pares. Quanto aos temas relacionados ao setor privado, o Grupo de Trabalho para Conduta Empresarial Responsável avaliou o relatório do Brasil, enquanto o Comitê de Governança Corporativa iniciou os trabalhos de revisão dos princípios de governança.

Também em novembro, três redes temáticas tiveram participação da Controladoria-Geral da União: a Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI), a Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) e a Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe.

OCDE

MONITORAMENTO

Grupo sobre Suborno atualiza regras sobre implementação da Convenção

O Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (Working Group on Bribery - WGB) realizou, virtualmente, entre os dias 11 e 15 de outubro, a sua terceira reunião plenária de 2021. A agenda de trabalho incluiu atividades regulares de monitoramento e avaliação dos países membros do

WGB; apresentações com instituições e países parceiros não-membros, como parte da Estratégia Global de Relações do WGB; além do Tour de Table, ocasião em que países membros apresentam detalhes sobre casos de suborno transnacional sob sua jurisdição; entre outros.

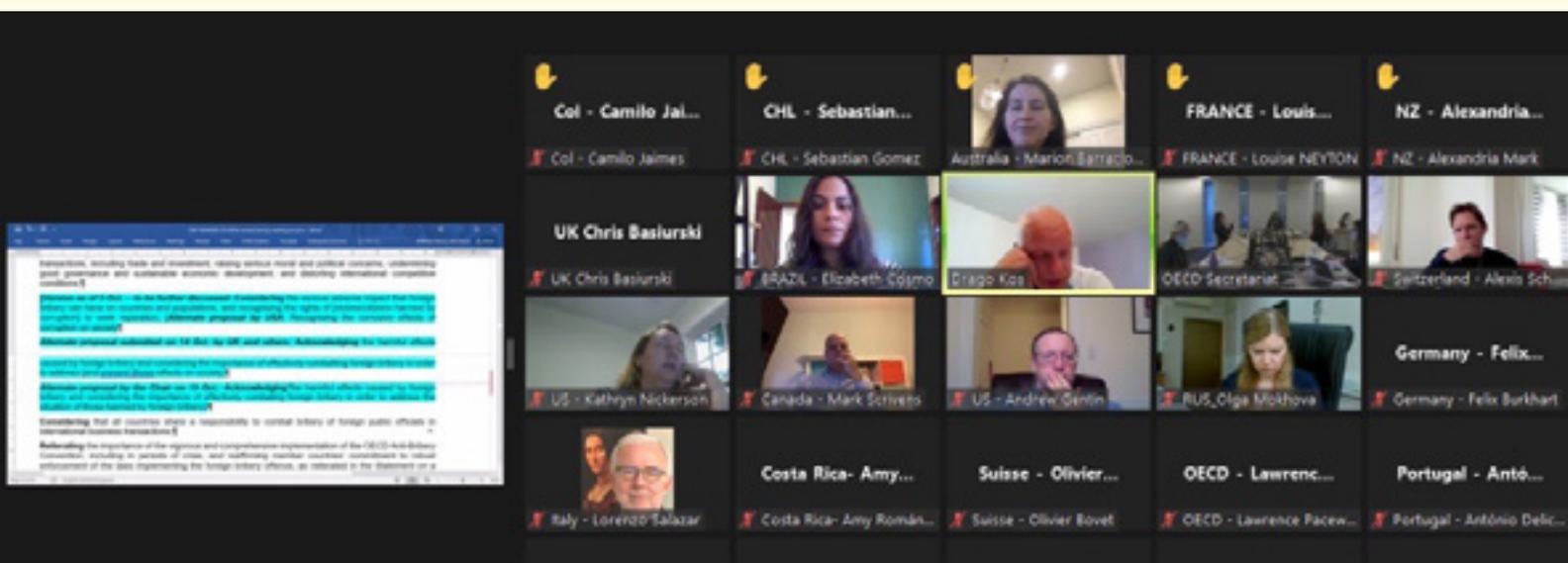
A reunião marcou a finalização do processo de revisão da Recomendação de 2009, iniciada em 2019. Com a aprovação final do texto pelos membros do grupo, o documento seguiu para aprovação pelo Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocorrida no dia 26 novembro. A recomendação revisada será o principal instrumento legal de referência para a avaliação da implementação da Convenção da OCDE sobre Suborno Transnacional pelos países signatários. O lançamento oficial da Recomendação de 2021 está marcado para ocorrer durante a reunião plenária do grupo, em dezembro. [O texto completo do documento](#), em inglês, já se encontra disponível.

Destaca-se também a realização da segunda reunião do subgrupo de monitoramento do Brasil, ocorrida no dia 11 de outubro, às margens da reunião plenária do WGB. O subgrupo é composto por representantes das delegações dos Estados Unidos, Itália e Noruega, além do secretariado do WGB/OCDE. Tem por objetivo acompanhar questões identificadas pela Missão de Alto Nível

da OCDE ao país, realizada em novembro de 2019, e eventuais itens que possam impactar a implementação da Convenção da OCDE pelo Brasil.

A delegação brasileira atualizou os membros do subgrupo sobre o andamento, desde a primeira reunião em março de 2021, em relação aos pontos sob monitoramento. A partir das informações prestadas, o subgrupo decidiu encerrar o acompanhamento de três itens, passando-os para a Fase 4 de avaliação do Brasil, a ocorrer em 2022, e solicitou esclarecimentos sobre um item adicional. O Brasil irá reportar novamente ao subgrupo durante a plenária de dezembro.

A delegação brasileira junto ao WGB/OCDE é chefiada pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, e composta por representantes das diretorias de Responsabilização de Entes Privados e de Acordos de Leniência da CGU, da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal e do Ministério das Relações Exteriores.



Elizabeth Cosmo, chefe da delegação brasileira, acompanha a reunião do WGB

INTEGRIDADE

CGU participa de Reunião do Grupo de Integridade Pública da OCDE - Working Party of Senior Public Integrity Officials (SPIO)

O evento, que ocorreu em formato virtual, no dia 18 de outubro, trouxe como um dos temas principais a implementação de uma estratégia de integridade pública. Lituânia e República Tcheca apresentaram suas experiências e desafios na implementação da iniciativa.

A Eslováquia, que está na segunda edição de sua estratégia de integridade pública, destacou os desafios encontrados. Naquele país, a coordenação da

estratégia junto aos diversos atores envolvidos foi o ponto crítico e origem de algumas falhas na primeira versão.

O secretariado do grupo, capitaneado pela Divisão de Integridade Pública da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), anunciou que publicará, até o final deste ano, a revisão da [Recomendação sobre transparência e integridade em lobbying](#), de 2010.



Before the real work on preparation AC Strategy started

Factors that need to be taken into account in the launching of the whole process:

- Experiences from the implementation of previous strategy
- Actual problems and difficulties in the area of corruption raised up from the discussion with relevant stakeholders
- SWOT analyses results
- Recommendations from international organisations



Registro de apresentação do evento

ESTATAIS

Brasil adere à recomendação sobre Governança Corporativa

Nos dias 26 e 27 de outubro, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu a 37ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização. Na ocasião, a Secretaria de Coordenação e Governança de Estatais (SEST) do Ministério da Economia, que representa o Brasil, comunicou a adesão do país ao instrumento legal [OECD/LEGAL/0414 - Recomendação do Conselho de Diretrizes sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais](#). A adesão foi formalizada pela OCDE em 21 de outubro de 2021.

Durante o encontro, houve, ainda, a apresentação da SEST quanto ao andamento das recomendações emanadas após a revisão por pares, que

foi concluída em novembro de 2020.

O processo de avaliação se iniciou em 2019 e se refere à aderência ao [Guia de Governança Corporativa para Empresas Estatais](#). A Controladoria-Geral da União (CGU) participou de reuniões com a equipe da OCDE e enviou subsídios para o processo de avaliação, e tem apoiado no fornecimento de respostas aos questionários enviados pela organização.

Entre as ações adotadas, em atendimento às recomendações recebidas, estão a reformulação do Indicador de Governança das Empresas Estatais e adoção de uma Política de Transparência pela SEST. Recordar-se que o [relatório final da revisão](#) emitiu as seguintes recomendações:

MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO
1. Desenvolvimento de Política de Propriedade	1. Fortalecer a Função de Propriedade
2. Divulgação Anual de Dados Agregados	2. Profissionalização e independência dos diretores
3. Fortalecimento dos Conselhos e Diretoria	3. Simplificar a legislação corporativa aplicável

A Diretoria de Auditoria de Estatais da CGU incluiu, no seu planejamento de 2022, a realização de auditoria para acompanhar o processo de

implementação das recomendações emitidas pela OCDE, no âmbito deste grupo de trabalho.

DIÁLOGO REGIONAL

CGU participa da 5ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID

Entre os dias 16 e 18 de novembro, ocorreu o “Diálogo Regional de Políticas sobre Transparência e Integridade e Participação na Era Digital”, que marca a 5ª Reunião da [Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe](#). A rede foi lançada em 2017 e se reúne anualmente, sob a organização da Organização para a Cooperação e do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesta edição, o evento foi sediado pela República Dominicana.

Trata-se de uma oportunidade para compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas na implementação de políticas de transparência e integridade.

Foram três dias de discussões, em formato virtual, que passaram por temas como: A análise de dados para fortalecer o setor público; Plataformas digitais para construir confiança entre os cidadãos e o governo; e Modernização do sistema de integridade na República Dominicana. Esse último, trouxe as iniciativas e desafios do país na construção de uma cultura de integridade.

O evento também contou com a participação do secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, que comentou sobre os projetos do Brasil com a organização, inclusive

aqueles coordenados pela Controladoria-Geral da União.

A República Dominicana está definindo com o BID os detalhes de um programa ambicioso de investimentos para promover reformas que ajudarão o país a fortalecer e consolidar seus mecanismos de integridade no sistema de contratação pública, reforçar o controle interno, estimular o governo aberto e a ética pública e apoiar a implementação de políticas de transparência do gasto público. O país pretende ampliar o uso de tecnologias digitais para expandir e fortalecer o portal de compras públicas nacional e facilitar o intercâmbio de informações entre diferentes bancos de dados governamentais, especialmente os relacionados a investimento público e gestão financeira.

Com informações do BID



CONDUTA EMPRESARIAL

Reunião do Grupo de Trabalho para Conduta Empresarial Responsável da OCDE discute relatório sobre o Brasil

A reunião do Grupo de Trabalho para Conduta Empresarial Responsável (Working Party on Responsible Business Conduct) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi realizada entre os dias 22 e 24 de novembro. A delegação brasileira contou com representante da Diretoria de Promoção da Integridade, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção.

O Grupo de Trabalho desempenha relevante papel na área de Conduta Empresarial Responsável, que tem estreita conexão com a adoção, pelo setor privado, de medidas de integridade e medidas de transparência, calcadas em uma estrutura de governança robusta e em uma cultura empresarial voltada à ética.

Nessa reunião, houve a discussão

sobre temas de grande relevância, como a revisão das [Diretrizes da OCDE para Multinacionais](#), documento que dedica um capítulo ao combate ao suborno. Além disso, houve um tópico específico na agenda para a discussão sobre a revisão da Política de Conduta Empresarial Responsável do Brasil.

ATUAÇÃO DA CGU

A Controladoria-Geral da União desempenhou relevante papel na revisão do relatório de avaliação – discutido na reunião – agregando informações sobre as ações conduzidas nas áreas de promoção da integridade privada e da integridade no setor público; proteção aos denunciantes de boa fé; regulamentação da atividade de lobbying; regulamentação da Nova Lei de Licitações, dentre outros aspectos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Comitê da OCDE prepara revisão dos princípios de governança corporativa

Nos dias 23 e 24 de novembro de 2021, representante da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria Geral da União (CGU) participou da 41ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa, organizado pela Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). No evento, foram discutidos temas relacionados à governança corporativa, em especial as tratativas para revisão dos princípios de governança corporativa do G20/OCDE, em consequência da necessidade demonstrada no estudo

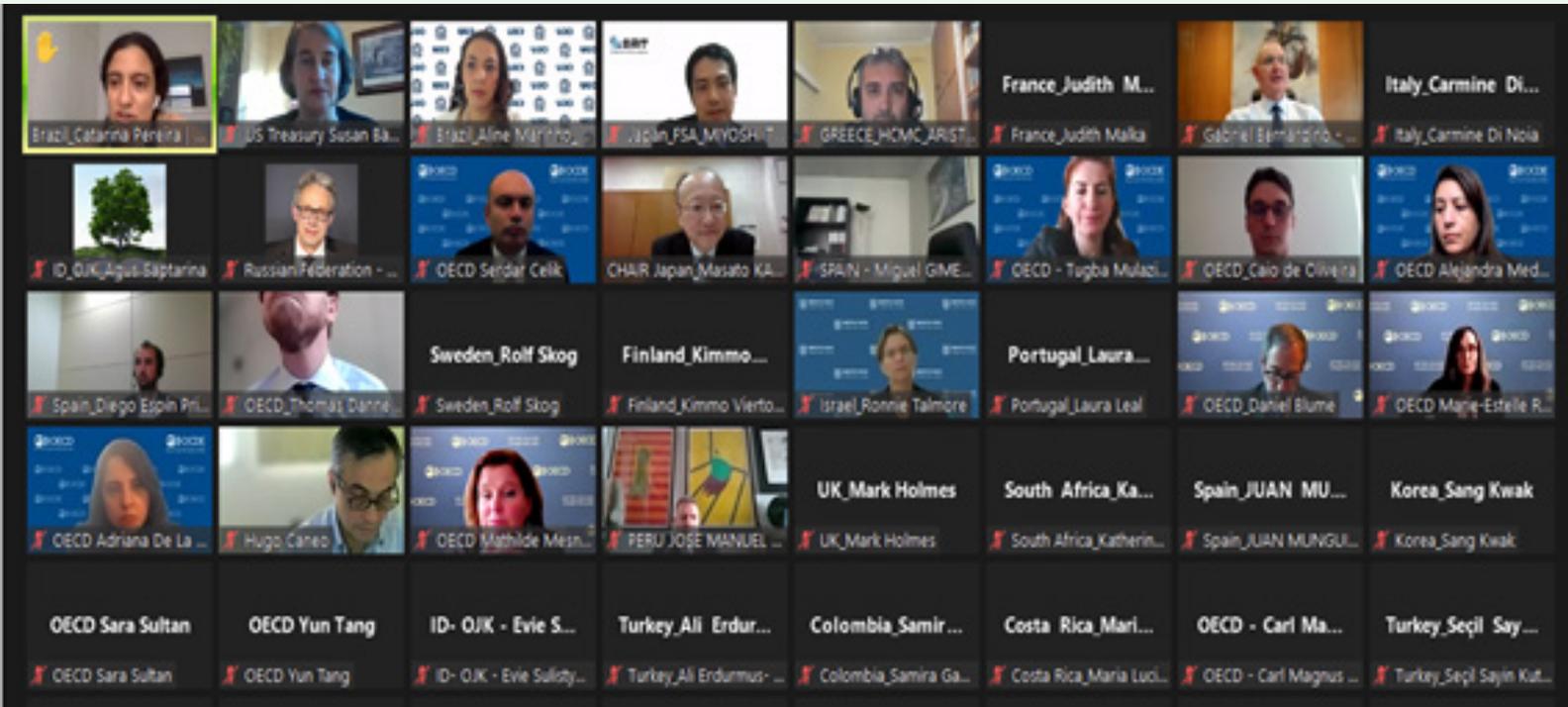
sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na governança corporativa.

O primeiro dia do evento foi marcado pela discussão para definir como será realizada a revisão dos princípios de governança corporativa, a partir de um relatório com roteiro inicial. Nesse sentido, também esteve em pauta a igualdade de gêneros na alta administração das empresas.

Houve discussão sobre o documento "Revisão da implementação das Recomendações do Conselho sobre Gênero". Foi destacado, inclusive pela delegação brasileira, por meio da Comissão de Valores Imobiliários, a necessidade de expandir a discussão para além dos gêneros e tratar das diversidades e pluralidades como um todo no processo de revisão dos princípios. Outro ponto importante foi a possibilidade de utilizar as mesas de debates regionais para incluir as

perspectivas dos diversos países e regiões na revisão dos princípios.

No segundo dia, ainda com o intuito de subsidiar a revisão dos princípios, foram discutidos mais dois documentos preparados pelo secretariado do Comitê. O primeiro, "Mudanças climáticas e governança corporativa", demonstrou-se extremamente atual e relevante, ao incluir os temas de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Governança (ESG, da sigla em inglês) como questões a serem consideradas na revisão. O segundo documento, "Propriedade corporativa e concentração", enfatiza como a concentração de propriedades das empresas por meio de corporações, bem como de empresas estatais vêm impactando o mercado de capitais e, conseqüentemente, a governança, apontando a necessidade de considerar os dados sobre este assunto na revisão dos princípios.



Registro da reunião do comitê por videoconferência

MERCOSUL

CGU realiza XVII Reunião de Organismos de Controle Interno do Mercosul



Ministro, secretários e servidores da CGU, e demais participantes, ao final do evento

A Controladoria-Geral da União (CGU), no exercício da presidência pro tempore, realizou, nos dias 10 e 11 de novembro, a XVII Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI). O evento, por sistema de videoconferência, contou com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, como países integrantes, e das delegações do Chile, do Equador e do Peru, na condição de países associados.

A abertura da reunião foi conduzida

pelo secretário-executivo da CGU, José Marcelo Castro de Carvalho. Em seguida, o secretário Federal de Controle Interno, Antônio Carlos Leonel, referiu-se ao marco normativo relacionado ao controle interno do Poder Executivo federal brasileiro e à estrutura organizacional da Controladoria-Geral da União e suas funções.

A representação da Argentina fez referência ao marco jurídico do seu controle interno, à estrutura interna e às correspondentes funções

e competências institucionais. A representação do Paraguai apresentou sua estrutura de controle integrado das 106 entidades do Poder Executivo.

A representação do Uruguai referiu-se às novas competências da auditoria da gestão interna iniciada no ano de 2020. A representação do Equador referiu-se à sua estrutura de controle interno com base no marco jurídico constitucional da nação.

O coordenador-geral de Métodos, Capacitação e Qualidade, Sergio Filgueiras, apresentou o Processo Sistemático e Disciplinado de Auditoria Interna para a Agregação de Valor. Ele destacou o fluxo com sequências e etapas, salientando as características da avaliação e consultoria, da governança, gestão de riscos e controles com vistas a adicionar e proteger valor. Também identificou as fases principais, os objetivos-chave e a identificação dos

riscos como ferramentas para executar o processo de auditoria.

Entre outros assuntos, foi tratado do Manual de Intercâmbio de Boas Práticas; do relatório de auditoria coordenada sobre acordos de integração fronteiriça do Mercosul e da contribuição do controle interno para a recuperação econômica e social dos membros do Mercado Comum do Sul. O evento recebeu, ainda, o professor Sérgio Luis Salles Filho, da Unicamp, que apresentou a classificação dos países em relação ao nível de investimento em tecnologia e pesquisas e de patentes; e a relação desses dados com a participação dessas nações na economia global.

O encerramento da reunião contou com palavras do ministro da CGU, Wagner de Campos Rosário, e do ministro-auditor general del Poder Ejecutivo do Paraguai, Luis Cardozo Olmedo, país que presidirá a próxima REOGCI.

RTA

CGU participa do XXI Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação

No período de 16 a 19 de novembro, ocorreu o XXI Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação. Destaca-se a aprovação de declaração sobre a importância de fortalecer as políticas para populações em situação de vulnerabilidade, conforme as boas práticas promovidas pela Lei Modelo de Acesso à Informação 2.0. A Assembleia aprovou o plano estratégico de 2021 a 2024, bem como o ingresso da Comissão de Acesso aos Documentos

Administrativos de Portugal (CADA) como membro pleno na Rede.

O Encontro contou, ainda, com uma sessão de apresentação de boas práticas dos membros para a promoção de participação social e para o fortalecimento da confiança institucional. A Controladoria-Geral da União apresentou detalhes sobre a Plataforma Fala.BR, a Plataforma do Conselho de Usuários e o Programa Time Brasil.

O evento recebeu também a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que apresentou o resultado do Relatório Global sobre o Acesso à Informação 2021; da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que apresentou o resultado da pesquisa e recomendações sobre dados abertos; da Organização dos Estados Americanos, que apresentou o processo de disseminação da Lei Modelo de Acesso à Informação 2.0; e da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, que debateu sobre os desafios e as oportunidades de cooperação na promoção de acesso à informação em matéria de transparência e justiça ambiental, no contexto da entrada em vigor do [Acordo Escazú](#).

GRUPOS DE TRABALHO EM ANDAMENTO

A abordagem de temas específicos tem sido realizada em grupos de trabalho e os respectivos resultados foram compartilhados durante o evento. Atualmente, os grupos têm se dedicado:

- à transparência para pessoas com deficiência e para pessoas em situação de vulnerabilidade;
- à transparência em nível municipal;
- à medição de transparência na região;
- aos critérios de jurisprudência sobre declaração patrimonial de cônjuges e parentes de servidores públicos.

COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO TRILATERAL

CGU participa de Reunião de Apresentação da Proposta de Selo de Integridade do Paraguai

Em videoconferência realizada no dia 22 de outubro, houve a apresentação da proposta do Selo de Integridade do Paraguai, prevista no “Plano Operacional Anual”, no escopo do projeto “Fortalecendo a Integridade para Superar Tempos de Crise”, que é fruto de cooperação trilateral entre Brasil, Paraguai e Alemanha.

Na oportunidade, foi apresentado o primeiro relatório da consultoria,

denominado “Mapeamento de experiências de incentivos de integridade no setor público e privado existente no Paraguai e apoio em programas de conscientização dos setores econômicos em termos de anticorrupção”.

O trabalho constata a necessidade de difundir e promover a integridade no setor empresarial paraguaio, que está menos avançado que o setor público

nesse tema, uma vez que não se verificou até o momento um programa de incentivo à integridade, em termos formais. A equipe paraguaia ressaltou que o tema desperta curiosidade no Paraguai, mas não há prêmios ou institucionalização de programas de incentivos e/ou certificações. De acordo com a equipe, embora exista uma norma paraguaia de prática anticorrupção, esta não está muito difundida no meio empresarial do país.

A partir desse relatório, os representantes paraguaios formularam um questionário de autoavaliação com 23 questões, adaptáveis conforme o tipo de empresa que vise à obtenção do selo de integridade, que também trata da

composição do Comitê de Integridade Intersetorial. Nesse ponto, solicitaram o compartilhamento da experiência com o Pró-Ética.

A equipe da Controladoria-Geral da União (CGU) detalhou a composição do comitê de integridade, e discorreu sobre incentivos em compras públicas e demais incentivos que podem advir do selo. Destacou-se, ainda, que o fomento à integridade no setor privado no Brasil não se resume ao Pró-Ética, pois há leis que incentivam a adoção de programas de integridade (como a Lei Anticorrupção e a Nova Lei de Licitações, por exemplo), assim como são realizadas outras atividades para disseminação do tema.

OBJETIVO DA COOPERAÇÃO TRILATERAL

A cooperação trilateral objetiva garantir uma melhor disseminação da cultura de ética e de integridade no Paraguai. Para tanto, a experiência brasileira obtida ao longo de 10 anos de Pró-Ética será fundamental, desde que o projeto brasileiro esteja adaptado ao contexto empresarial e legal do Paraguai. Ademais, o projeto promove uma experiência única de cooperação internacional, o que permite que a CGU dissemine o tema da integridade para além das fronteiras brasileiras.

Participam da iniciativa: representantes da Coordenação-Geral de Integridade Privada da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

Por parte da Alemanha, participam representantes da Alliance for Integrity, pelo Paraguai, representantes da Secretaria Nacional Anticorrupção e do Ministério da Indústria e Comércio.

REGULAÇÃO

Lançamento da Marca QualiREG celebra um ano de parceria entre CGU e PNUD



**MAIS QUALIDADE PARA A
REGULAÇÃO BRASILEIRA**

A Controladoria-Geral da União e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, celebraram, em 14 de dezembro, o primeiro ano de parceria no Acordo Internacional de Cooperação Técnica BRA/20/019 - Ampliação da Capacidade Institucional para a Regulação no Brasil.

O acordo tem o objetivo de fortalecer a capacidade institucional dos reguladores da área de infraestrutura, e âmbito nacional, visando à melhoria do ambiente de negócios, a qualidade da regulação, a competitividade e produtividade dos

mercados, ampliando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

No primeiro ano de execução, o acordo já avançou na avaliação de 21 agências reguladoras federais, estaduais e municipais, em etapa conduzida pela Coordenação de Auditoria de Regulação da Secretaria Federal de Controle Interno, em conjunto com os Núcleos de Ações de Controle de 13 unidades regionais da CGU.

No mês de novembro, foi concluído o Plano de Comunicação do acordo, que envolve o uso da marca "QualiREG

- Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira".

Entre novembro e dezembro, foram conduzidos três processos seletivos para contratação de consultores para a elaboração de planos de ação, visando a melhoria das capacidades regulatórias de agências participantes do QualiREG. Serão elaboradas estratégias para o aprimoramento de aspectos regulatórios e contratuais em infraestrutura,

mecanismos e instrumentos voltados à qualidade regulatória e gestão de riscos regulatórios e fiscalização. Uma das vagas segue com [inscrições abertas](#) até 22 de dezembro.

Mais informações sobre o Acordo BRA/20/19 podem ser obtidas junto à Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura (sfc.di@cgu.gov.br) e Coordenação de Auditoria de Regulação (sfc.creg@cgu.gov.br).

CAPACITAÇÃO E CONFERÊNCIAS

Cursos internacionais de curta e média duração

Junto a uma turma de 30 servidores públicos brasileiros, o diretor de Tecnologia da Informação, Henrique Aparecido da Rocha, participou da etapa presencial do curso "Transformação e modernização digital no Brasil", promovido pela Universidade Técnica da Dinamarca. O treinamento foi realizado no período de 25 de outubro a 12 de novembro, em Copenhague, e viabilizado por meio de uma parceria entre a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e a Embaixada da Dinamarca.

Em virtude da pandemia da Covid-19, o programa contou com atividades virtuais e presenciais. A primeira parte do curso, oferecida no formato virtual, ocorreu entre os meses de fevereiro e agosto de 2021.

Essa iniciativa pretende desenvolver competências digitais, de forma a acelerar a transformação digital no Brasil. Conforme a carta convite da Embaixada: "O principal objetivo do treinamento é aumentar o conhecimento e as habilidades relacionadas à



transformação digital no setor público. Isso inclui conteúdo técnico, por exemplo tendências digitais, arquitetura de dados, big data, AI, dados éticos e segurança de AI, gerenciamento de programas e projetos, métodos ágeis, cyber segurança/insegurança, gerenciamento de mudanças, etc. Além disso, vários especialistas dinamarqueses cobrirão a jornada digital dinamarquesa, a estratégia digital pública dinamarquesa e sua implementação, várias soluções digitais dinamarquesas, etc. O treinamento também terá um elemento significativo em digitalização prática e incluirá visitas aos locais de oferta de serviços digitais."



O diretor Henrique Aparecido da Rocha e participantes durante o curso



A coordenadora-geral de Gestão de Pessoas, Simei Susã Spada, participou do XXVI Congreso Internacional CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública”, em Bogotá, Colômbia, de 23 a 26 de novembro de 2021.

O Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad) é uma organização internacional que desenvolve atividades de pesquisa e fortalecimento institucional em conjunto com diversas instituições governamentais de cooperação e instituições de pesquisa e ensino na Europa, Estados Unidos e Canadá. Institucionalmente, participa de outros organismos internacionais e é a secretaria técnica permanente das conferências de ministros da Administração Pública e da Reforma do Estado que se realizam no âmbito das cúpulas ibero-americanas de chefes de estado e de governo.

ICIC 2021

Brasília_Brazil

Access to Information for a Changing World
Using Technology to Promote Inclusion



Controladoria-Geral do
Distrito Federal



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



ICIC 2021

Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação

Nos meses de outubro e novembro, a Ouvidoria-Geral da União promoveu mais dois webinários, como parte das atividades da Conferência Internacional de Comissários de Acesso à

Informação 2021. Os eventos abordaram os temas: "Interação entre proteção de dados e acesso à informação" e "Segredo de Estado". As transmissões estão disponíveis no canal do [Youtube da CGU](#).



A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais agradece as contribuições recebidas e a colaboração de todas as secretarias para a realização do Boletim CGU Internacional. ■